



## **Regulamento Disciplinar dos Estudantes**

*O Conselho Técnico-Científico do ISCE Douro, na sua reunião de 6 de maio de 2015, deliberou, por unanimidade, assumir que todos os regulamentos do ISCE de Felgueiras transitam para a nova instituição, deliberação que será publicada em Diário da República.*

### **Artigo 1º**

#### **Âmbito de aplicação**

O presente regulamento disciplinar é aplicável aos estudantes do Instituto Superior de Ciências Educativas de Felgueiras.

### **Artigo 2º**

#### **Objectivos**

1 - O presente regulamento tem como objectivos garantir a integridade moral e física de todos os intervenientes no processo de ensino e aprendizagem, nomeadamente, nas relações que os estudantes estabelecem entre si, com os docentes, funcionários e demais pessoas que com a instituição se relacionem, bem como assegurar o bom funcionamento do ISCE de Felgueiras e garantir a preservação dos seus bens patrimoniais.

2 – Aplica-se, igualmente, aos estudantes que se encontram a realizar estágios, actividades de iniciação à prática profissional e outras decorrentes de protocolos estabelecidos com instituições.

### **Artigo 3º**

#### **Direitos dos Estudantes**

Constituem direitos dos estudantes:

a) Frequentar as aulas, cursos promovidos pela instituição ou outras realizações congéneres, desde que se encontrem numa situação administrativa actualizada.

- b) Conhecer as estruturas orgânicas da instituição, bem como todos os aspectos operacionais do curso que frequentam.
- c) Ser respeitado pela órgãos de autogoverno, docentes, colegas e restante pessoal do ISCE de Felgueiras.
- d) Utilizar as instalações e servir-se do equipamento e material didáctico durante os tempos lectivos, sob a observação do respectivo docente ou funcionário, ou, fora das aulas, cumprindo escrupulosamente as normas de funcionamento e os regulamentos em vigor no ISCE de Felgueiras.
- e) Representar o ISCE de Felgueiras em eventos que possam ser valorizados e prestigiados com as suas aptidões ou capacidades devidamente reconhecidas.
- f) Obter, dos respectivos docentes, informação sobre os métodos de avaliação bem como esclarecimentos sobre as avaliações de que tenham sido alvo.
- g) Para efeitos de satisfação dos seus direitos, os estudantes deverão recorrer à Associação de Estudantes, ao Provedor do Estudante, ou ao Coordenador do Curso que frequentam, de acordo com o teor das questões, que servirão de interlocutores directos com o Conselho Pedagógico e do Presidente do ISCE de Felgueiras.
- h) Dirigir-se, por escrito, ao Presidente do ISCE de Felgueiras, para expor assuntos respeitantes à instituição ou ao processo de ensino e aprendizagem.

## **Artigo 4º**

### **Deveres dos Estudantes**

Constituem deveres dos estudantes:

- a) Conhecer e respeitar a estrutura orgânica da instituição, bem como os aspectos operacionais do curso que frequentam.
- b) Respeitar e fazer-se respeitar no seu relacionamento com os docentes, funcionários, colegas e demais elementos da comunidade escolar ou local que com a instituição se relacionem.
- c) Participar nas aulas e sessões tutoriais com o máximo empenhamento para atingir o melhor rendimento possível, sem afectar adversamente o rendimento dos colegas, a nível individual ou colectivo.

d) Zelar pela conservação e boa utilização das instalações, bens e recursos materiais, da instituição ou dos bens e das instalações onde decorram actividades ou iniciativas promovidas pelo ISCE de Felgueiras.

e) Colaborar em iniciativas de natureza científica, profissional, cultural e desportiva, ou outras, que possam contribuir simultaneamente para a sua realização / formação pessoal e prestígio do ISCE de Felgueiras.

f) Proceder ao imediato pagamento correspondente a qualquer prejuízo causado no ISCE de Felgueiras, ou noutros espaços com os quais a instituição tenha estabelecido parceria.

g) Obedecer aos demais deveres previstos nas normas de funcionamento, nos regulamentos internos, nos Estatutos e na Lei.

## **Artigo 5º**

### **Infracções**

Pratica uma infracção disciplinar o estudante que, actuando dolosamente, violar os valores referidos no artigo 4º, nomeadamente quando:

a) impedir ou constranger, por meio de violência ou ameaça de violência, o normal decurso das aulas, provas académicas ou actividades promovidas ou desenvolvidas pela instituição;

b) impedir ou constranger, por meio de violência ou ameaça de violência, o normal funcionamento de órgãos ou serviços da instituição;

c) ofender a honra, a integridade física ou a reserva da vida privada de colegas, docentes e restantes funcionários;

d) falsear os resultados de provas académicas através da simulação de identidade pessoal, falsificação de pautas, termos, enunciados ou outros meios;

e) danificar, subtrair ou apropriar-se ilicitamente de bens patrimoniais pertencentes à instituição e aos que a frequentam;

.

## **Artigo 6º**

### **Sanções disciplinares**

Nos termos deste regulamento e de acordo com o estatuído no artº 75º do RJIES, são sanções disciplinares aplicáveis pelas infracções descritas no artigo anterior:

- a) A advertência;
- b) A multa;
- c) A suspensão temporária das atividades escolares;
- d) A suspensão da avaliação escolar durante um ano;
- e) A interdição da frequência da instituição até cinco anos.

## **Artigo 7º**

### **Determinação da sanção disciplinar**

1. A sanção disciplinar é determinada em função da culpa do estudante e das exigências de prevenção, tendo em conta, nomeadamente:

- a) o número de infracções cometidas;
- b) o modo de execução e as consequências de cada infracção;
- c) o grau de participação do estudante em cada infracção;
- d) a intensidade do dolo;
- e) as motivações e finalidades do estudante;
- f) a conduta anterior e posterior à prática da infracção.

2. Na decisão de aplicação de uma sanção disciplinar devem ser expressamente referidos os fundamentos da determinação da mesma.

3. A sanção de expulsão será aplicada apenas quando as outras sanções se revelarem insuficientes ou inadequadas ao caso concreto, devendo a decisão de aplicação desta sanção definir de uma forma clara os motivos da não aplicação de outras sanções disciplinares.

4. A perda temporária da qualidade de estudante não impede a punição por infracções anteriormente cometidas, executando-se a sanção quando o agente recuperar essa qualidade.

## **Artigo 8º**

### **Competência disciplinar**

1. Tem legitimidade para instaurar o processo disciplinar o Coordenador de Curso.
2. A aplicação das sanções de repreensão verbal ou escrita, bem como a revisão do processo em que estas sanções tiverem sido aplicadas, são da competência do Coordenador de Curso.
3. A aplicação das sanções de suspensão e de expulsão, bem como a revisão de processo em que estas sanções tiverem sido aplicadas, são da competência do Presidente do ISCE de Felgueiras, devendo ser ouvido o Conselho Pedagógico e o Provedor do Estudante.

## **Artigo 9º**

### **Necessidade de queixa**

1. Se a infracção disciplinar consistir em injúrias, difamação, ameaça, coacção ou ofensa corporal simples, a instrução do processo disciplinar depende da apresentação de queixa, por escrito, por parte do ofendido, ao Presidente do ISCE de Felgueiras.
2. A queixa pode ser retirada em qualquer fase do processo disciplinar, antes da aplicação da sanção ao estudante, mediante a apresentação de desistência, por escrito, pelo ofendido, ao Presidente do ISCE de Felgueiras.

## **Artigo 10º**

### **Inquérito disciplinar**

1. O inquérito disciplinar tem por objectivo apurar a ocorrência de uma infracção disciplinar, determinar quais os agentes implicados na infracção e instruir, oficiosamente ou a requerimento, o processo, mediante recolha e apresentação de todos os meios de prova necessários ao apuramento da verdade.
2. O inquérito disciplinar tem início no prazo máximo de cinco dias úteis a contar da data da ocorrência da infracção, sendo obrigatória a sua conclusão no prazo máximo de um mês a contar da data do seu início.
3. Sem prejuízo do prazo estipulado no ponto anterior, o instrutor do inquérito deve notificar o estudante em causa para que este possa contestar, por escrito e no prazo máximo de cinco dias úteis, a imputação da prática de infracção disciplinar.

4. Num prazo máximo de oito dias úteis a contar da conclusão do inquérito, o instrutor deve elaborar um relatório, no qual proponha o arquivamento do processo ou a aplicação de uma sanção disciplinar ao estudante.
5. O relatório mencionado no ponto anterior deverá ser remetido ao estudante no prazo máximo de oito dias úteis, de modo a que este possa contestar ou dizer o que se lhe oferecer.
6. Em caso de necessidade de audição de testemunhas, os depoimentos destas deverão constar de documento escrito e assinado pelo instrutor e pelo depoente.

## **Artigo 11º**

### **Impedimento, recusa e escusa do instrutor**

1. Não pode, em circunstância alguma, ser instrutor do processo disciplinar o docente ofendido pela infracção ou parente ou afim do ofendido ou do alegado agente da infracção.
2. Na sequência do exposto em 1., compete ao Presidente do ISCE de Felgueiras a nomeação do instrutor do processo.

## **Artigo 12º**

### **Decisão disciplinar**

A decisão disciplinar depende da rigorosa análise e apreciação do relatório elaborado pelo instrutor do processo e da resposta do estudante, devendo ser tomada no prazo máximo de quinze dias a contar da data de recepção do respectivo relatório.

## **Artigo 13º**

### **Direito de defesa do estudante**

1. Nos casos previstos no artigo 6º, o estudante pode submeter a decisão disciplinar a nova apreciação, mediante apresentação de recurso, devidamente fundamentado, ao Presidente do ISCE de Felgueiras que, após audição do Coordenador de Curso, do Conselho Pedagógico e do Provedor do Estudante, determina uma decisão disciplinar definitiva e sem direito a recurso.
2. O estudante presume-se inocente até à tomada de decisão disciplinar ou até à apreciação do recurso dela interposto.

3. O estudante será notificado pessoalmente ou, na impossibilidade deste tipo de notificação, mediante carta registada com aviso de receção sobre:

- a) a instauração do processo disciplinar e da nomeação do instrutor do processo disciplinar;
- b) da imputação da prática de uma infracção disciplinar;
- c) do relatório previsto no artigo 12º.
- d) da aplicação da sanção disciplinar ou do arquivamento do processo;
- e) da decisão que recair sobre o recurso hierárquico.

## **Artigo 14º**

### **Reabilitação do Estudante**

1. O estudante afastado da instituição nos termos do artº 6º deste Regulamento, pode requerer a sua reabilitação ao Presidente, decorrido um ano sobre a data em que tiver início o cumprimento da sanção.
2. Juntamente com o requerimento, o estudante pode apresentar documentos e rol de testemunhas, cujo número não exceda cinco, que abonem no sentido da boa conduta posterior à expulsão.
3. O deferimento do requerimento previsto no ponto anterior implica o acompanhamento do estudante por um responsável do Gabinete de Apoio Psicopedagógico e pelo Provedor do Estudante do ISCE de felgueiras, durante o tempo que se considerar necessário.

## **Artigo 15º**

### **Dever de Informação**

A Associação de Estudantes do ISCE de Felgueiras deverá ser informada por carta protocolada da abertura dos processos e respectivas decisões finais.

## **Artigo 16º**

### **Aplicação Supletiva**

Em tudo o que este regulamento não previr são aplicáveis, com as devidas adaptações, as disposições do Código de Processo Penal.

## **Artigo 17º**

### **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação no Conselho Pedagógico.

Alterações aprovadas em Conselho Pedagógico em 11 de outubro de 2013.